

Capítulo 5

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental

Este capítulo pretende investigar as interligações entre crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental (Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Madagáscar, Maurícias, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda).

Especificamente, o capítulo analisa a evolução do crescimento económico, os fatores impulsionadores do processo de crescimento e o impacto desse crescimento nas condições de vida da população na região. O capítulo fornece uma visão comparativa das tendências do crescimento económico, dos resultados do mercado laboral e da desigualdade de rendimentos na África Oriental, desde os anos 80.

O capítulo está estruturado da seguinte forma: a primeira secção inclui factos-chave sobre a África Oriental, a segunda secção disponibiliza um resumo do desempenho económico na região, a terceira secção centra-se na evolução dos resultados de emprego e desemprego, a quarta secção analisa as principais tendências relativamente à pobreza e à desigualdade de rendimentos, e a última secção formula recomendações de políticas.

EM SÍNTESE

Nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) tem crescido a um ritmo regular na África Oriental. No entanto, o crescimento económico não se tem traduzido numa rápida transformação estrutural ou na criação de emprego. Vários países da África Oriental possuem setores informais de grande dimensão e em crescimento, o que condena muitos trabalhadores a baixos salários, precariedade laboral e poucas oportunidades para aquisição de competências. O rápido crescimento económico não tem se traduzido numa redução da pobreza ou da desigualdade de rendimentos igualmente rápida.

As taxas anuais de **crescimento** na região têm ultrapassado os 4% desde 1990. O peso do setor dos serviços no PIB subiu para 60%, impulsionado pelos serviços informais e não transacionáveis, enquanto o peso da indústria continua estável, representando 20% do PIB. O crescimento do PIB resulta, cada vez mais, do consumo privado, com um papel decrescente do investimento público e privado. O comércio da região é dominado pelas exportações de produtos primários e matérias-primas (52% do total das exportações) e pelas importações de produtos transformados (70% das importações totais).

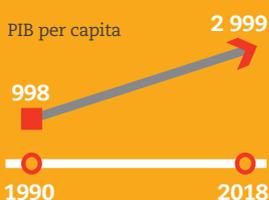
Apesar da baixa produtividade e da diminuição do contributo da agricultura para o PIB, o setor emprega quase 60% da população ativa. A disparidade de género no **emprego** (taxas de emprego mulheres/homens) tem decrescido, de 1.41 em 1991 para 1.39 em 2017, existindo grandes diferenças entre setores e entre países. O crescimento não tem aumentado o número de “bons” empregos, que ofereçam salários mais altos e melhores condições de trabalho.

A **desigualdade** de rendimentos varia consoante os países, mas regista, no geral, uma tendência ascendente. Em média, apenas 37% da população tem acesso a eletricidade, 48% a água potável e 20% a serviços de saneamento, embora se verifiquem grandes variações entre países e entre zonas urbanas e rurais. O nível de pobreza continua elevado – 35% – embora tenha reduzido desde 1999. Vários países têm respondido a esta situação através da melhoria dos programas de proteção social e do investimento na educação e no desenvolvimento de competências. Estes investimentos terão de aumentar significativamente, para que possam cumprir o objetivo de apoiar um desenvolvimento mais inclusivo.

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental

Crescimento

O PIB per capita triplicou desde 1990



Crescimento liderado pelos serviços

O setor dos serviços cresceu, impulsionado pelos serviços informais e não-transacionáveis, enquanto a indústria se manteve estável



Comércio

Os produtos primários representam metade das exportações totais



ao passo que 70% das importações são de produtos acabados

Trabalho

Apesar da baixa produtividade da agricultura e do seu peso decrescente no PIB, o setor emprega



quase 60% da população ativa

Emprego

A disparidade de género no emprego tem diminuído lentamente

Rácio de emprego homens-mulheres



As mulheres são mais propensas a trabalhar no setor informal, seja como trabalhadoras independentes ou assalariadas

Pobreza

A taxa de pobreza extrema diminuiu, mas 104 milhões de pessoas continuam em situação de pobreza extrema



Acesso a Serviços Básicos



Apenas 37% da população tem acesso à **eletricidade**,



48% à **água potável**



e 20% a **serviços de saneamento**.



Existem grandes disparidades entre países e entre populações urbanas e rurais

Perfil regional da África Oriental

Tabela 5.1. Indicadores básicos sobre a África Oriental, 2017

População (milhares)	368 661
Área territorial (milhares de km ²)	6 394
Densidade populacional (habitantes/km ²)	58
PIB, preços correntes (mil milhões USD)	947
PIB per capita, preços correntes (USD)	2 840

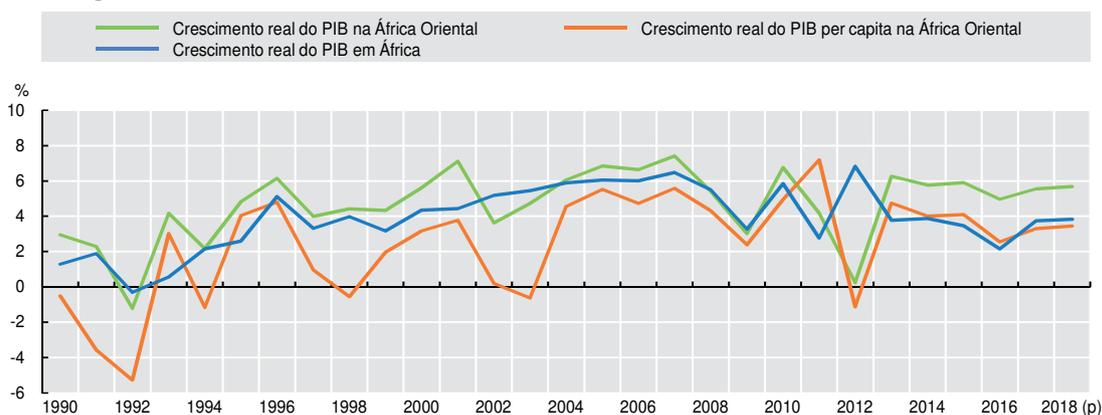
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 5.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Oriental (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	7.1	7.9	7.7	9.3	8.4	8.6	8.3	8.6
		Investimento de carteira	0.0	7.6	5.7	2.5	1.1	4.7	0.0	-1.1
		Remessas	3.9	4.6	4.5	4.7	4.8	5.9	5.0	5.0
Públicos	Ajuda oficial ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	15.4	14.3	15.5	15.8	18.4	16.5	15.9	16.0	
		Total de fluxos externos	25.2	33.4	26.5	34.4	33.4	32.3	32.7	35.8
Receitas fiscais internas		21.1	23.7	21.1	23.7	25.2	28.6	33.0	36.8	

Fonte: FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

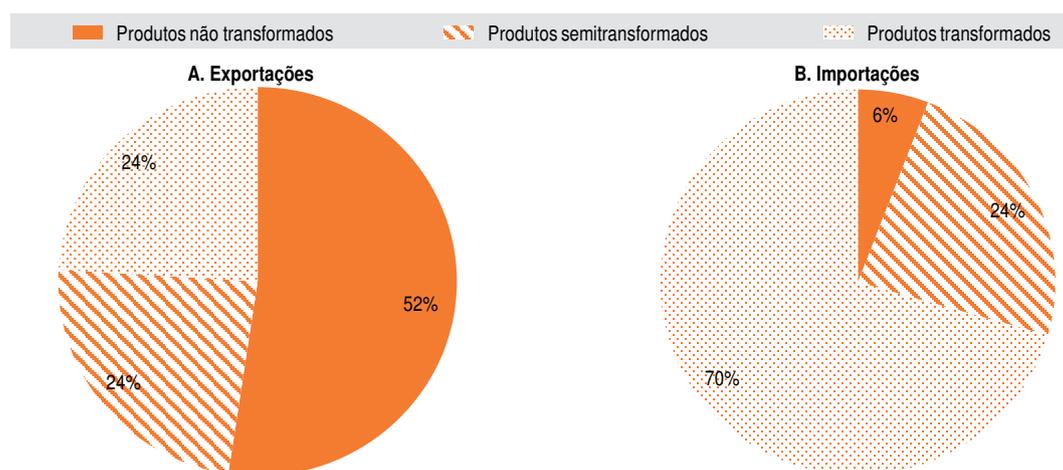
Figura 5.1. Dinâmicas de crescimento na África Oriental e em África, 1990-2018



Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783665>

Figura 5.2. Composição do comércio na África Oriental, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), *UNCOMTRADE* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783684>

De acordo com a classificação da União Africana (no quadro do Tratado de Abuja, 1991), a África Oriental é composta por 14 países: Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Madagáscar, Maurícias, Quênia, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda.¹

A África Oriental engloba uma área 6 394 000 km², o que corresponde a 22% do total do continente africano. Tem uma população de 369 milhões de pessoas (cerca de 29.3% da população total de África) e uma densidade populacional de 58 habitantes/km². Desde 1990, o crescimento médio da população tem-se situado em 2.9% por ano. A idade média da população nesta região é de 18 anos de idade.

O PIB da região em paridades do poder de compra (PPC) foi de 947 mil milhões de USD em 2016, sendo o PIB per capita de 2 840 USD. O crescimento real do PIB tem sido, em média, de 4.8% entre 1990 e 2018, comparativamente a 3.9% registados no continente.

Duas décadas de crescimento económico sustentado na África Oriental

A África Oriental tem registado um forte desempenho económico durante as duas últimas décadas. A região apresenta taxas anuais de crescimento superiores a 4% desde 1995, bastante acima da média continental (Figura 5.1). Os serviços são o setor com maior peso no PIB, em todos os países, com exceção da Etiópia, Tanzânia e Uganda, onde o setor agrícola tem uma dimensão significativa. Os serviços informais e não transacionáveis representam a maior parte do crescimento recente dos serviços, mas têm um fraco impacto na economia. O consumo privado é, cada vez mais, um fator impulsionador da expansão económica, enquanto o papel do investimento tem vindo a diminuir. O comércio da região concentra-se na exportação de matérias-primas e na importação de produtos transformados, o que desacelera o crescimento. Finalmente, a estabilidade macroeconómica e as pressões inflacionárias na região dependem, em grande medida, das flutuações dos preços dos combustíveis e dos alimentos, em relação às quais as economias estão muito vulneráveis.

O desempenho do crescimento e as dinâmicas demográficas variam consideravelmente nos países da região. O período desde o início dos anos 80 até meados da década de 90 caracterizou-se por um crescimento fraco e volátil do PIB. Desde meados dos anos 90, a região registou taxas de crescimento sustentadas e baixo crescimento demográfico, o que se traduz num aumento do rendimento per capita.

O crescimento dos países com melhor desempenho na região tem sido sustentado por vários setores. A Etiópia tem contribuído para o crescimento regional, principalmente, através de um aumento da despesa pública em infraestruturas (estradas e energia hidroelétrica). A partir de 1980, o Ruanda contribuiu para o crescimento regional através da produção agrícola, especialmente de matérias-primas como o café e o chá. Se o crescimento do Uganda tem sido impulsionado pelos investimentos no setor energético, já o investimento em serviços tem estado na base das taxas de crescimento das Maurícias. Outros países, para além destes, têm contribuído para o crescimento regional, como o Quênia (investimento em infraestruturas e consumo das famílias), as Seychelles (turismo) e a Tanzânia (indústria transformadora e serviços).

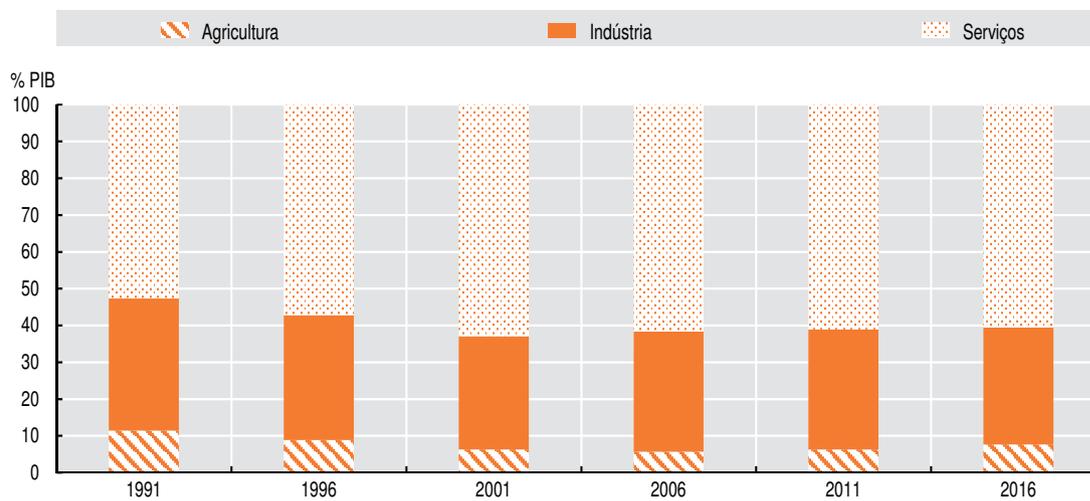
A alteração da composição do crescimento económico na África Oriental

Desde 1980, a composição geral do PIB em termos setoriais tem mudado pouco na região (ver Figura 5.3). Até há pouco tempo, o contributo da agricultura diminuiu regularmente, enquanto o dos serviços tem aumentado. O peso da agricultura no PIB é, em média, mais elevado nos países com melhor desempenho. No início das décadas de 80 e 90, a agricultura era o setor com maior contributo para o crescimento, mas desde meados dos anos 90 as economias da maioria dos países transitaram para o setor dos serviços. O contributo da indústria transformadora tem-se mantido relativamente estável, embora com ligeiros ganhos no contributo da indústria total para o PIB.

O aumento do peso dos serviços e da indústria no PIB parece coincidir com o período de reformas macroeconómicas na maioria dos países da região. Atividades de baixa produtividade, como os serviços informais e não transacionáveis, explicam, em grande parte, o crescente papel do setor dos serviços, pelo que o aumento do peso deste setor não se refletiu numa transformação da economia. Desde os anos 2000, vários dos países com melhor desempenho na região registaram uma redução do contributo da indústria para o PIB, o que coincide com o abrandamento da economia global.

O decréscimo do peso da agricultura pode traduzir-se em ganhos de produtividade na economia. A agricultura tende a ter um menor valor acrescentado do que outros setores (McMillan e Rodrik, 2011; Gollin et al., 2014), para além de que o rendimento e o consumo são mais baixos no setor agrícola do que noutros setores (McMillan e Verduzco, 2012; Gollin et al., 2014). Desta forma, o valor acrescentado, o rendimento e o consumo deverão aumentar à medida que os trabalhadores transitam da agricultura para outros setores.

Figura 5.3. Valor médio acrescentado por setor na África Oriental, em percentagem do PIB, 1991-2016



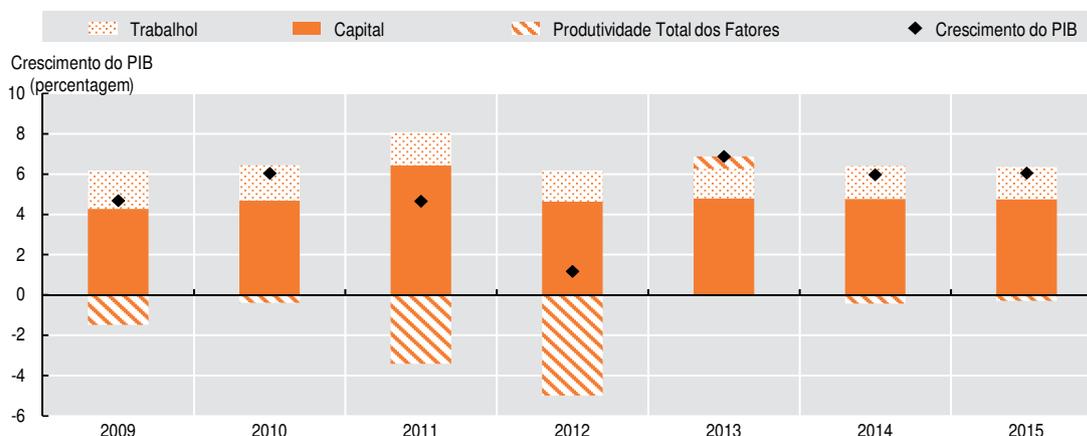
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783684>

O crescimento baseado no setor dos serviços pode assumir várias formas. Nas Seychelles, o turismo lidera o crescimento económico e domina o setor dos serviços, que representa aproximadamente 80% do PIB. Nos últimos anos, o governo promoveu o investimento estrangeiro, com vista à melhoria dos hotéis e de outros serviços. O Djibouti beneficia de uma localização estratégica no Mar Vermelho, fornecendo serviços como porto de trânsito na região e como centro internacional de transbordo e reabastecimento. As Maurícias, por seu lado, têm apostado no crescimento dos setores industrial, financeiro, das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e do turismo. Passaram, assim, de uma economia de baixo rendimento, assente no setor agrícola (maioritariamente cana de açúcar) para uma economia diversificada de rendimento médio.

O contributo dos fatores para o crescimento na África Oriental

O crescimento da região explica-se mais pela acumulação de capital do que pelos ganhos na produtividade total dos fatores (PTF) (ver Figura 5.4). No início dos anos 90, a redução da PTF contribuiu, em parte, para o abrandamento do crescimento na África Oriental. Em meados dessa década, o trabalho desempenhou um papel fundamental. Desde final dos anos 90, porém, o papel do capital no crescimento tem vindo a ser preponderante. O trabalho e a PTF têm um peso mínimo no crescimento do PIB, com a PTF a denotar também alguma volatilidade.

Figura 5.4. Desagregação do crescimento económico por fatores de produção na África Oriental, 2009-15



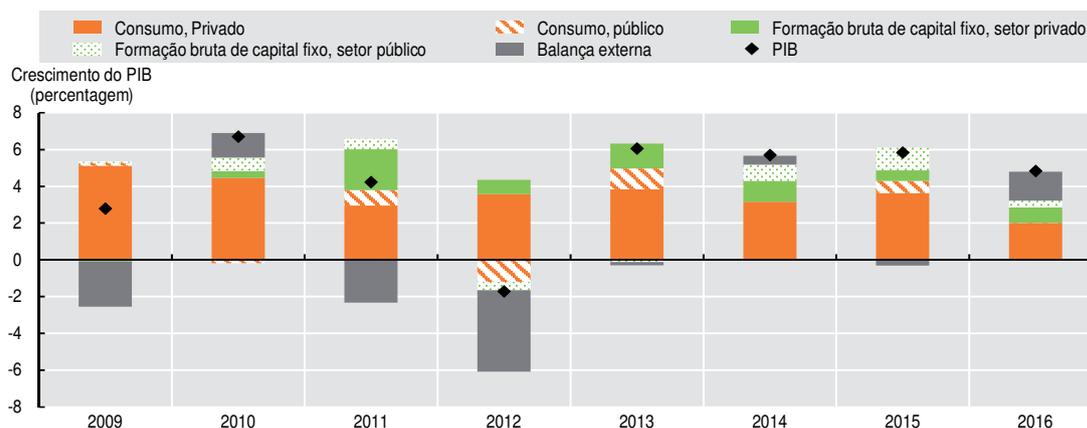
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Conference Board (2017), *Total Economy Database*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783722>

Os fatores impulsionadores recentes do crescimento económico na África Oriental

O forte crescimento económico registado na África Oriental ao longo da última década foi maioritariamente impulsionado pelo aumento do investimento e pelo consumo privado e público. Os choques nos preços globais e a procura de matérias-primas são fatores exógenos do crescimento, ou que estão fora do controlo de cada país. Entre os fatores endógenos estão as estratégias de desenvolvimento adotadas pelos governos da região, a estabilidade macroeconómica, o investimento, o comércio e fatores demográficos e sociais. Estes são brevemente analisados em seguida.

O investimento na região tem crescido desde o ano 2000. As taxas de investimento na África Oriental aumentaram de 18.4% do PIB, em 2000, para 25.6%, em 2014. Os países que conseguiram sustentar o crescimento também registaram aumentos regulares das taxas de investimento. O país com maior investimento médio são as Seychelles – 27.2% do PIB – enquanto a taxa mais baixa se verifica no Djibouti, com 7.4% do PIB. Em 2015 e 2016, contudo, a África Oriental registou um ligeiro decréscimo das taxas médias de investimento (respetivamente, 24.3% e 24.5% do PIB).

Figura 5.5. Desagregação do crescimento por tipo de despesa na África Oriental, 2009-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*; Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783741>

O consumo é o principal impulsionador do crescimento do PIB, recuperando desde 2014, apesar de alguma volatilidade. O consumo privado tem representado regularmente mais de metade do crescimento do PIB, tendo aumentado em média 4.7%, entre 2009 e 2016. A queda do consumo privado entre 2009 e 2014 pode derivar, em parte, do abrandamento da procura global, no rescaldo da crise financeira global. A África Oriental está parcialmente integrada na economia global, estando exposta a choques económicos externos. O consumo público tem sido mais volátil e menos forte, com uma média de 0.6% (Figura 5.5).

O contributo do setor externo (exportações líquidas) para o recente crescimento do PIB foi fortemente negativo até 2015. Este contributo negativo deriva do aumento dos preços da importação de energia entre 2011 e 2014, bem como da fraca procura externa, em parte causada pela crise financeira global. As matérias-primas agrícolas ainda dominam as exportações regionais, representando mais de metade das exportações em 2016, enquanto os bens transformados constituem a maioria das importações (cerca de 70% do total, em 2016). Desde o ano 2000, as exportações têm aumentado o seu peso no PIB e têm-se tornado mais diversificadas em termos geográficos. Esta tendência reflete o rápido crescimento e um certo grau de transformação estrutural das economias regionais, à medida que se expandem para um leque alargado de bens e serviços, fora do tradicional setor agrícola (ver Anexo 5.A1).

Dinâmicas de emprego e desemprego na África Oriental

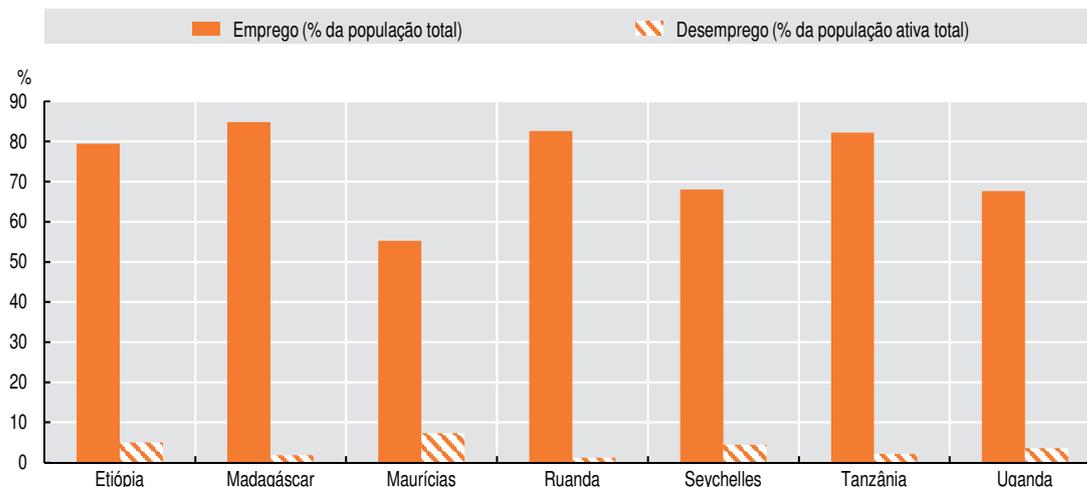
O crescimento económico na África Oriental não se tem traduzido numa diversificação suficiente da economia nem na criação dos empregos necessários, o que é crucial para a inclusão e a sustentabilidade. A agricultura ainda emprega 60% da população ativa, apesar do decrescente peso no PIB. O setor dos serviços absorve a maior parte dos trabalhadores que sai do sector agrícola, pelo que o emprego no setor industrial não tem sofrido alterações. Isto prejudica as perspetivas de desenvolvimento e de emprego, uma vez que a maioria dos empregos no setor dos serviços são informais, improdutivos, com baixos salários e más condições de trabalho (UNECA, 2015). O desemprego jovem continua a ser um grande desafio.

As estratégias de crescimento deveriam almejar a criação de ambientes de negócio cada vez mais atrativos, que possam melhorar o emprego. As políticas devem incentivar o crescimento, o investimento e a criação de emprego por parte do setor privado, incluindo pequenos negócios, como empresas start-up e empresários que possam criar emprego. Um exemplo a salientar é o Ruanda, que, paralelamente às reformas macroeconómicas e empresariais, trouxe o desenvolvimento empresarial para os enquadramentos das várias políticas públicas. Isto engloba a política de emprego de 2007, a política sobre pequenas e médias empresas de 2010, e a Estratégia de Desenvolvimento do Setor Privado de 2013.

Tendências do emprego e do desemprego na África Oriental

As taxas de emprego variam consideravelmente entre os países da região. Em três países, menos de metade da população ativa está empregada, enquanto quase metade dos países têm taxas de emprego na ordem dos 80%. O desemprego tem estado relativamente constante na região, caindo ligeiramente de 7.5%, em 1991, para pouco abaixo dos 7.2%, em 2017.^{2,3}

Figura 5.6. Taxas de emprego e de desemprego nos países da África Oriental



Nota: São apresentados apenas os últimos dados disponíveis para cada país após 2009.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783760>

A deslocação do trabalho para o setor dos serviços não gerou aumentos de produtividade. O setor agrícola ainda emprega a maior parcela da população ativa, embora o seu peso tenha diminuído ligeiramente. Nos últimos anos, o setor dos serviços absorveu a maioria dos trabalhadores que saíram da agricultura e da indústria. O emprego em serviços tende a estar concentrado em atividades de baixa produtividade, como o comércio a retalho e a hotelaria, o que limita os ganhos desta redistribuição do trabalho (ver Capítulo 1).

Nos últimos anos, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou em muitos países em desenvolvimento, incluindo nos países da África Oriental. Existem, pelo menos, três fatores na base desta tendência. Em primeiro lugar, o desenvolvimento económico e a transição da população dos setores agrícola e rural para outros setores fazem com que mais mulheres optem por integrar o mercado de trabalho. Segundo, com os crescentes níveis de educação, as mulheres tendem a trabalhar em maior número, para terem o retorno do seu investimento. Terceiro, a queda dos rendimentos familiares e o aumento da pobreza em alguns países parecem ter empurrado mais mulheres para o mercado de trabalho (Tandrayen-Ragoobur, Ummersingh e Bundhoo, 2011).

As desigualdades no emprego estão a diminuir, mas as mulheres e os jovens continuar a estar em desvantagem. Verifica-se um aumento do emprego entre as mulheres e uma diminuição do emprego entre os homens, embora a desigualdade de género neste âmbito continue a ser significativa. A disparidade de género (medida pela taxa de emprego mulheres/homens) tem decrescido lentamente, passando de 1.41 em 1991 para 1.39 em 2017, e com grandes variações entre setores e países (ver a Tabela 5.3 com a desagregação dos dados por setor). A população jovem continua a estar vulnerável ao desemprego na África Oriental. A taxa de desemprego jovem está acima da taxa geral de desemprego, atingindo 13.5% em 2017.

Tanto as mulheres como os homens trabalham maioritariamente na agricultura. O setor emprega 62% da população ativa feminina e 55% da masculina. No entanto, o emprego das mulheres está a passar da agricultura e da indústria para o setor dos serviços, enquanto o emprego dos homens tem transitado para a indústria e para os serviços (ver Tabela 5.3). Isto é consistente com a maior propensão dos homens ocuparem postos de trabalho assalariado. Por exemplo, quase 50% das mulheres empregadas no Uganda e

mais de 62% na Tanzânia trabalham no setor informal (OIT, 2015). Esta percentagem chega aos 80% no Quênia e no Ruanda (UNECA, 2015). A África Oriental segue, portanto, a tendência da África subsariana, onde mais de 75% das mulheres são suscetíveis de terem um emprego informal (OIT, 2016).

Tabela 5.3. Peso dos setores no emprego na África Oriental, por género 1995-2017 (percentagem)

	Agricultura		Indústria		Serviços	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1995	63.1	55.4	10.6	11.5	26.4	33.1
2005	62.2	54.1	9.5	12.1	28.2	33.8
2017	60.1	52.8	8.7	13.7	31.2	33.5
Média (1991-2017)	62.1	54.4	9.8	12.4	28.1	33.1

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Caixa 5.1. Razões da disparidade de género relativa ao emprego nas Maurícias

As Maurícias têm sido frequentemente referidas como um caso excepcional na África subsariana, tendo um crescimento estável e condições macroeconómicas sólidas. No entanto, o desemprego feminino continua a ser um grande problema nesta sociedade. Em 2010⁴, 64% dos desempregados eram mulheres. A economia orientou-se mais para os serviços e para setores baseados no conhecimento, pelo que se perderam muitos empregos pouco qualificados. A maioria dos que perderam o emprego foram mulheres, aumentando assim a disparidade de género no que respeita ao desemprego. Nas Maurícias, as mulheres casadas tendem a ficar fora do mercado de trabalho. Além disso, muitas mulheres não entram no mercado de trabalho devido a horários de trabalho inflexíveis e à falta de opções para cuidar das crianças (Tandrayen-Ragoobur, Ummersingh e Bundhoo, 2011).

Dinâmicas de desigualdade e pobreza na África Oriental

Esta secção analisa os dois principais fatores que impedem o bem-estar económico: a desigualdade e a pobreza. A desigualdade de rendimentos é variável na região, mas regista, no geral, uma tendência ascendente (ver Tabela 5.4). A maioria dos países também fica aquém no que respeita ao fornecimento de energia elétrica, água e saneamento, verificando-se grandes diferenças entre as populações rurais e urbanas. Os níveis de pobreza na região têm decrescido, mas continuam elevados.

A desigualdade e a pobreza podem ser reduzidas através do crescimento, mas são também necessárias políticas de longo prazo, uma vez que nem sempre o crescimento, por si só, tem esse efeito. Alguns países colocaram em funcionamento programas de proteção social (p.ex. a Tanzânia), para reduzir as vulnerabilidades e promover uma maior participação no processo de crescimento. Outros investiram no desenvolvimento da educação, das competências e do empreendedorismo, para criarem melhor emprego a longo prazo (p.ex. o Ruanda). As Maurícias são um exemplo da aplicação de políticas de redução da pobreza e da desigualdade através da educação – como a formação em competências específicas para grupos desfavorecidos, em particular para mulheres e jovens –, dos serviços de saúde e de redes de segurança social.

A existência de altas taxas de pobreza não implica, necessariamente, uma grande desigualdade. Nomeadamente, em Madagáscar, verificou-se que, apesar da taxa de pobreza ter aumentado entre 2001 e 2010, a desigualdade diminuiu no mesmo período, dado ter existido um retorno à agricultura motivado pela falta de crescimento da economia.

A desigualdade na África Oriental

A análise da desigualdade de rendimentos e de oportunidades revela que alguns países têm um desempenho fraco num indicador e um bom desempenho noutros indicadores. Por exemplo, as Comores têm o coeficiente de Gini mais elevado da região, o que significa uma maior desigualdade de rendimento, mas uma grande percentagem da população tem acesso à eletricidade. A Etiópia, por seu lado, tem um coeficiente de Gini baixo, mas poucos cidadãos têm acesso a serviços básicos. Estas incongruências explicam-se pela existência (ou pela inexistência) de diferentes programas de proteção social nos vários países (Banco Mundial, 2015).

Tabela 5.4. Desigualdade na África Oriental, de acordo com o Índice de Gini

	1999	2005	2010	2012	2013
Comores	-	55.9	-	-	45.0
Djibouti	39.1	41.5	44.1	45.1	44.1
Etiópia	30.0	29.8	33.2	-	-
Madagáscar	38.6	39.9	42.4	42.7	-
Maurícias	37.7	35.7	35.7	35.8	-
Quênia	46.9	48.5	-	-	-
Ruanda	48.5	52.0	51.3	49.7	50.4
Seychelles	42.8	42.8	43.4	45.7	46.8
Tanzânia	37.3	40.3	36.4	37.8	-
Uganda	43.0	42.9	44.2	41.0	-

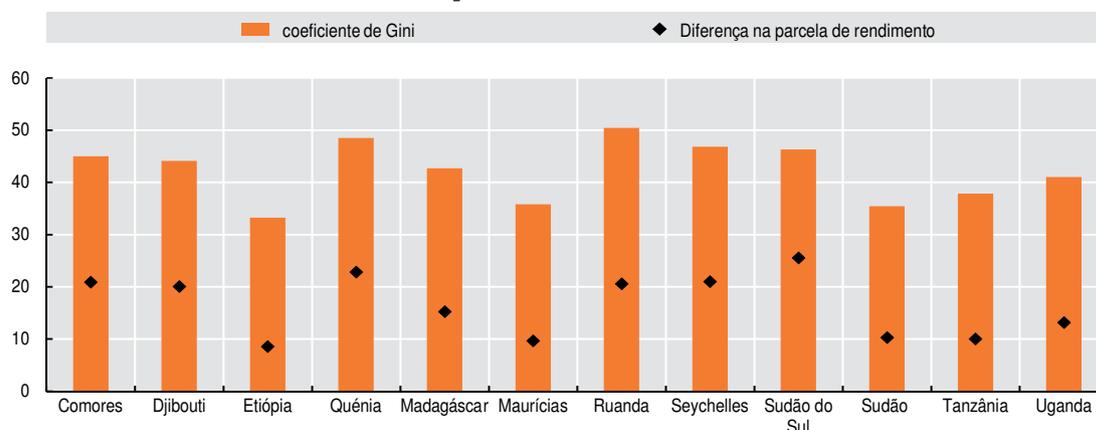
Nota: - = dados não disponíveis. O índice de Gini mede o grau de desvio entre a distribuição do rendimento dos indivíduos ou agregados familiares no seio de uma economia e uma distribuição totalmente equitativa. O índice vai de 0, no caso de uma “igualdade perfeita” (em que cada parcela da população obtém a mesma proporção de rendimento) até 100, no caso de uma “desigualdade perfeita” (em que a totalidade do rendimento vai para a parcela da população que possui o rendimento mais elevado).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

A comparação da parcela de rendimento detida pelo quintil superior (os 20% mais ricos) e pelo quintil inferior (os 20% mais pobres) da população demonstra que a desigualdade na África Oriental é, no geral, elevada (Figura 5.7). O Ruanda, as Comores e o Quênia registam os níveis mais elevados de desigualdade de rendimentos, de acordo com esta medição (para dados mais detalhados, ver Anexo 5.A2). Comparando com outras regiões do continente africano, o nível de desigualdade é quase equivalente ao da África Central e da África Ocidental. O Norte de África tem a diferença mais pequena entre o quintil mais rico e mais pobre, enquanto a África Austral regista a maior disparidade.

A desigualdade pode, igualmente, ser analisada em termos do acesso a comodidades básicas, no qual a África Oriental fica aquém de outras regiões. Na região, apenas 37% da população tem acesso a eletricidade, 48% a água potável e 20% a serviços de saneamento (para a desagregação dos dados por país, ver Anexo 5.A2). Vários países registam grandes disparidades entre as populações das zonas urbanas e rurais, particularmente no que respeita à eletricidade e ao saneamento. Pelo contrário, nas Maurícias e nas Seychelles, respetivamente mais de 90% e 85% da população rural tem acesso a energia elétrica.

Figura 5.7. Coeficientes de Gini e diferenças na parcela de rendimento, nos países da África Oriental



Nota: A diferença entre o grupo superior e inferior diz respeito ao rácio entre a parcela de rendimento detida pelos 10% mais ricos e o rendimento detido pelos 10% mais pobres, na distribuição nacional do rendimento. Apresentam-se os dados mais recentes disponíveis para cada país.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783779>

A pobreza na África Oriental

Os níveis de pobreza na África Oriental têm decrescido, mas continuam elevados. Em geral, os países da região têm registado uma redução da pobreza extrema desde o início das reformas económicas, nos anos 90 (Tabela 5.5).

Tabela 5.5. Taxas de pobreza na África Oriental, 1999-2013

	Taxa de pobreza, limiar de 1.90 USD/dia (% da população)				
	1999	2005	2010	2012	2013
Comores	-	13.5	-	-	17.7
Djibouti	-	20.6	-	18.3	22.5
Etiópia	55.4	36.3	33.5	-	-
Madagascar	63.9	72.0	78.5	77.8	-
Maurícias	-	0.4	-	0.5	-
Quênia	21.5	33.6	-	-	-
Ruanda	77.0	68.0	60.3	-	60.4
Tanzânia	86.0	55.1	49.1	-	-
Uganda	64.1	53.2	41.5	34.6	-
	Taxa de pobreza, limiar nacional (% da população)				
	1999	2005	2010	2012	2013
Comores	69.0	44.8	-	-	-
Etiópia	44.2	38.9	29.6	-	-
Madagascar	70.8	73.2	71.4	70.7	-
Quênia	-	45.9	-	-	-
Ruanda	-	56.7	44.9	-	39.1
Seychelles	-	37.8	-	-	39.3
Uganda	33.8	31.3	24.5	19.5	-

Nota: - = dados não disponíveis.

Fonte: Banco Mundial (2017b), PovCalNet (base de dados).

Os países da região têm adotado várias abordagens para a redução da pobreza:

- As Maurícias têm um sistema de previdência social generoso, um sistema de ensino sólido e políticas de apoio às famílias de baixos rendimentos e aos

desempregados. O país centrou a sua estratégia de redução da pobreza na educação (p.ex. a formação para aumentar a empregabilidade) e nos serviços de saúde, com enfoque nos segmentos mais vulneráveis da população – mulheres e jovens –, através da melhoria das redes de segurança social. O desenvolvimento verificado nas Maurícias no início dos anos 2000 conseguiu reduzir a pobreza através do crescimento, com um custo praticamente nulo em termos de desigualdade.

- **Os esforços de redução da pobreza no Ruanda estão ancorados nas suas estratégias de médio e longo prazo.** O país colocou em funcionamento um mecanismo de monitorização da pobreza, através de inquéritos aos agregados familiares (o Inquérito Integrado às Condições de Vida das Famílias e o Inquérito sobre Demografia e Saúde). Vários fatores contribuíram para uma redução rápida da pobreza: a paz e estabilidade política; uma gestão macroeconómica sólida; e a melhoria dos serviços sociais e dos programas de proteção social (como o Programa Umurenge 2020). O governo do Ruanda está a intensificar esforços para a criação de emprego através da educação, das competências e do empreendedorismo, com vista a reduzir a taxa de pobreza para 20% da população até 2020.
- **A Tanzânia reduziu a pobreza e a desigualdade através da melhoria do rendimento disponível nos agregados familiares mais pobres.** O governo apoia as famílias pobres por via de programas de segurança social (tais como o Fundo de Ação Social da Tanzânia e o Programa da Rede de Segurança Social Produtiva), de transferências monetárias condicionadas e de programas de obras públicas.

A paz e a segurança são, igualmente, fatores cruciais para a redução da pobreza. As duas crises políticas que atingiram Madagáscar nos anos 2000 tiveram grandes custos para o país em termos de redução da pobreza. Se estas crises tivessem sido evitadas, o número de pobres no país teria caído 11% entre 2001 e 2010, ou seja, a população em situação de pobreza passaria de 70.8% em 2001 para 59.8% em 2010 (Banco Mundial, 2014).

Recomendações de políticas

A maioria dos países na África Oriental tem experienciado um crescimento económico sustentado, resultante de um perfil económico diversificado, particularmente se comparado com regiões como a África Central ou a África Ocidental. Apesar disso, a existência de um setor agrícola de grande dimensão e um modelo de crescimento centrado nas exportações de um leque restrito de produtos (p.ex. café, chá, minérios) tornam a região vulnerável a flutuações nos preços das matérias-primas e a desvalorizações cambiais. O crescimento da região não resultou na criação de emprego, nem numa redução substancial da pobreza ou da desigualdade.

Estas recomendações operacionais pretendem orientar os países para uma maior diversificação económica, criação de emprego, crescimento inclusivo e transformação estrutural. Os governos podem atingir estes objetivos reforçando a crescente base de consumidores internos, melhorando a produtividade de setores que empregam largos segmentos da população e apoiando a criação de emprego em setores de maior produtividade. As recomendações focam-se em problemas comuns a todos ou à maioria dos países da região. Pretendem propor ações para uma agenda de desenvolvimento regional, que seja coerente com os aspetos partilhados pelos países e com as suas necessidades de integração regional. Os países têm diferentes pontos de partida, abordagens, capacidades e prioridades nacionais, pelo que terão de priorizar e sequenciar as políticas de acordo com as suas especificidades próprias.

Os países da região deverão prosseguir políticas orçamentais e monetárias responsáveis, uma vez que estas afetam diretamente a taxa de inflação e a volatilidade

da moeda. A estabilidade macroeconómica é importante para um crescimento económico sustentado, particularmente a longo prazo. A manutenção de taxas de inflação baixas e estáveis requer i) um controlo da oferta de moeda, que influencia os índices de preços no curto prazo e ii) proteger a economia de um alastramento dos efeitos da inflação e de alterações nos preços do petróleo e dos alimentos, os quais têm efeitos na inflação a longo prazo (Nguyen et al., 2015; Simpasa e Gurara, 2011).

Com a crescente integração da região na economia global, a proteção da economia é particularmente importante para reduzir a pobreza e pode, igualmente, ser complementada por medidas de proteção das famílias com baixos rendimentos face a choques de preços. As Comunidades Económicas Regionais podem dar uma ajuda neste âmbito. Por exemplo, o Protocolo da União Monetária da Comunidade da África Oriental define critérios de convergência macroeconómica que, a longo prazo, poderão limitar a inflação abaixo dos 5%, ter um rácio regional de receitas fiscais/PIB na ordem dos 25%, um teto da dívida de 50% do PIB e um montante mínimo de reservas equivalente a 4.5 meses de importações.

A melhoria do quadro regulamentar e de políticas, assim como a melhoria do ambiente geral de negócios, são essenciais para promover a diversificação e um crescimento económico mais sustentável. Os decisores políticos podem incentivar o investimento produtivo na economia através de um conjunto de medidas estruturais e institucionais:

- **Introduzir reformas para melhorar o ambiente de negócios.** Só quatro países da região – as Maurícias, o Quênia, o Ruanda e as Seychelles - estão entre os 100 países do mundo onde é mais fácil a realização de negócios (Banco Mundial, 2018). Especificamente, estes países conseguiram reduzir, de forma consistente, o número e o custo dos procedimentos para registo de empresas e de propriedades, bem como para obter licenças e bens públicos (p.ex. eletricidade). Outras ações adicionais possíveis, poderiam incluir alinhar os planos de investimento, de desenvolvimento de infraestruturas e de capital humano; centralizar a informação sobre regulamentação e torná-la mais acessível aos investidores nacionais e estrangeiros; reforçar e capacitar as autoridades reguladoras para evitar a influência governamental em determinados setores (p.ex. na definição de preços da eletricidade) (OCDE, 2013; 2014).
- **As agências de promoção de investimentos (API) são necessárias para atender às necessidades dos investidores privados, de grande ou pequena dimensão.** A existência de API eficazes exige que estas tenham uma missão clara, com objetivos estratégicos, bem como uma liderança forte (Morisset e Andrews-Johnson, 2004). Por exemplo, o Ruanda criou uma agência de promoção do investimento com o mandato claro de atrair e apoiar os investidores que possam criar emprego e promover a atividade económica no país. Esta agência tem assento no governo, para assegurar um contacto direto com outros ministérios e com a presidência.
- **Os governos podem otimizar a política comercial, para facilitar a importação de produtos intermédios e bens de investimento, bem como a exportação de produtos acabados.** Segundo os Indicadores de Facilitação do Comércio da OCDE, a África Oriental poderia dar prioridade à eliminação de encargos e taxas comerciais, bem como ao maior envolvimento da comunidade de operadores comerciais no processo de tomada de decisão (OCDE, s.d.). A redução das tarifas sobre os insumos intermédios e bens de investimento, que são essenciais à industrialização, pode melhorar a competitividade das empresas na região. Na Comunidade da África Oriental (EAC/CAO), por exemplo, quase 400 rubricas pautais sobre insumos industriais estão classificadas erradamente como produtos totalmente transformados, sendo, portanto, tributadas a 25% em vez de 10% (Frazer, 2017).

O apoio às empresas, através de uma agência de promoção das exportações ou de outras medidas de facilitação do comércio, pode ajudar os países a aumentarem as exportações e a aproveitarem cadeias de valor (OMC, 2014).

- **Para atraírem mais investimento, os governos da região podem apoiar projetos e serviços que encorajem a participação do capital privado.** Os governos devem disponibilizar apoio e serviços, tais como financiamento inicial e serviços de apoio empresarial, bem como facilitar as interações entre empresas nacionais e estrangeiras. Os doadores e parceiros de desenvolvimento podem contribuir para estes objetivos, fornecendo assistência técnica e financiamento de programas específicos (Powers e Butterfield, 2014). Os governos poderiam promover a participação do setor privado em setores e atividades que oferecem boas perspectivas de retorno do investimento, como infraestruturas (p.ex. estradas com portagens) e serviços públicos (p.ex. transportes).

O desenvolvimento de projetos de infraestruturas de qualidade reforçará o crescimento sustentado. Os países da EAC/CAO precisarão de aproximadamente 100 mil milhões de USD, até 2021, para preencher as lacunas de financiamento de infraestruturas, que estão a prejudicar o crescimento e a manter os custos dos negócios em níveis não competitivos⁵. Um investimento coordenado em infraestruturas básicas poderá ultrapassar as dificuldades mais evidentes com eletricidade e logística. Projetos como o Pool de Energia da África Oriental (PEAO) contribuirão para reduzir o défice de infraestruturas da região e reforçar a cooperação transfronteiriça. O PEAO visa atingir uma capacidade excedentária até 2030, bem como criar um mercado integrado de trocas de eletricidade entre os seis países da região que integram o projeto (Deloitte, 2015). Os países devem também procurar melhorar as infraestruturas para o setor dos serviços (p.ex. a conectividade das TIC), que podem ajudar ao crescimento empresarial. Nomeadamente, a “Silicon Savana”, no Quênia, está a atrair empresários e expande-se já para além de Nairobi, em parte devido à rapidez da banda larga móvel disponível no país⁶.

Os países devem melhorar os seus sistemas de ensino, dada a importância do capital humano na promoção do crescimento. Entre 2005 e 2014, a taxa de conclusão do ensino secundário aumentou 24 pontos percentuais, no caso dos rapazes, e 27 pontos percentuais, no caso das raparigas, o que quase eliminou a disparidade de género. No entanto, é necessário melhorar a qualidade da educação e a sua adequação ao mercado de trabalho.

Os jovens precisam de ter concluído, pelo menos, o primeiro ciclo do ensino secundário, para terem as competências básicas necessárias para encontrarem um emprego com salário digno (UNESCO, 2013). Na Etiópia, porém, mais de 75% dos jovens entre 15 e 19 anos de idade não têm essas competências de base. O mesmo acontece com cerca de dois terços dos jovens ugandeses. Para proporcionarem a educação necessária, os governos devem trabalhar para aumentarem os resultados da aprendizagem no ensino básico e secundário e para atingirem maiores taxas de escolaridade em ciência, tecnologia, engenharias e matemática. Devem também promover o ensino especializado e a formação profissional, bem como envolver o setor privado na definição dos currículos e no contacto com estudantes.

O aumento da cobertura dos programas de proteção social pode ajudar os países a gerirem os possíveis efeitos negativos do crescimento sobre os mais vulneráveis. O abrandamento do crescimento demográfico na região não é suficiente para evitar que as pessoas mais vulneráveis sejam afetadas pela desigualdade e caiam numa situação de pobreza. Contudo, os governos podem alargar a cobertura dos programas de proteção social em benefício dos mais vulneráveis (ver Capítulo 8), incluindo as mulheres, que constituem frequentemente uma parcela desproporcional da população pobre. Os programas podem ser projetados para promover o acesso das mulheres a serviços de saúde

e educação, bem como para apoiá-las quando se encontram fora do mercado de trabalho a cuidar de dependentes. Se, por um lado, o financiamento de tais programas coloca grandes desafios, por outro lado estima-se que a eliminação dos subsídios às energias fósseis em quatro países da região poderia disponibilizar até 2.1% do PIB (OCDE, 2017).

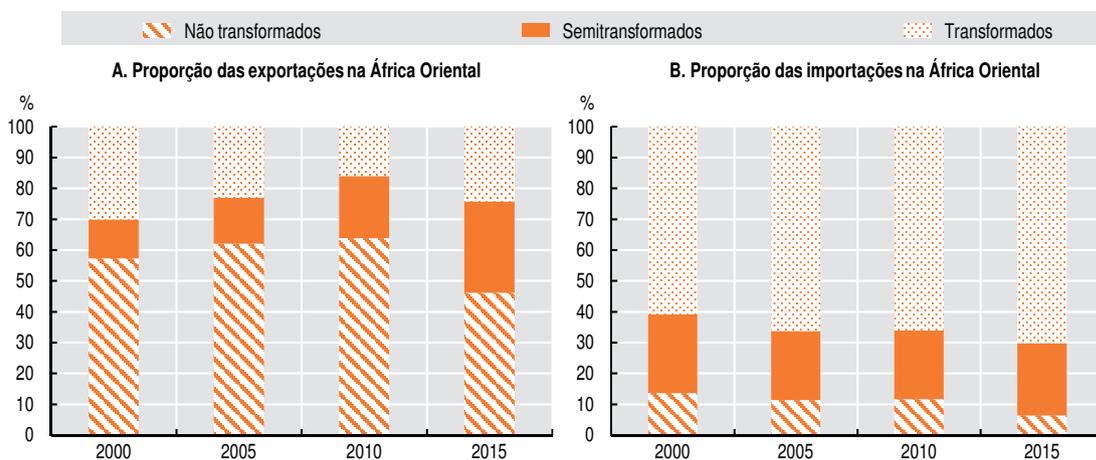
É necessário que os países impulsionem a produtividade agrícola e apoiem o crescimento de empresas com elevado potencial nos setores industrial e dos serviços. O setor agrícola continua a ser o principal empregador na região, pelo que o aumento da sua produtividade e competitividade pode criar empregos no setor, indo para além da mera subsistência. Os serviços de baixa produtividade e não transacionáveis também empregam uma grande parcela da população. Permitir que as empresas deste setor cresçam e incentivar os trabalhadores a transitarem para indústrias mais produtivas poderia ajudar os países a acelerar a sua transformação económica.

- As intervenções no setor agrícola podem incluir a introdução de tecnologias acessíveis e graduáveis e de melhores inputs agrícolas para aumentar a produtividade; o desenvolvimento de produtos financeiros (ou seja, créditos e seguros) adaptados ao setor; e a criação de cadeias de valor para aumentar o valor acrescentado (o que também pode gerar empregos adicionais). Por exemplo, a indústria de flores cortadas na Etiópia beneficiou grandemente de investimentos por parte de pequenas empresas estrangeiras para reforçar o comércio com a Europa, o que levou à transferência de conhecimento e gerou efeitos multiplicadores na economia local. Abordagens de base local e multissetoriais podem, igualmente, melhorar a produtividade agrícola. A Etiópia e o Ruanda estão a apostar, no âmbito das suas estratégias de desenvolvimento, no crescimento de cidades secundárias para reforçar a produtividade dos mercados locais de produtos alimentares.
- As modernas soluções tecnológicas podem permitir aos trabalhadores por conta própria reduzir custos e melhorar a produtividade das suas empresas, bem como proporcionar oportunidades para diversificarem as atividades e os setores (BAD/OCDE/PNUD, 2017). O turismo é uma indústria fundamental na África Oriental e tem potencial para criar muitos empregos, particularmente para as mulheres (CNUCED, 2017). A promoção do turismo (p.ex. através de plataformas para o setor privado e de vistos únicos de turismo, nomeadamente ao nível da EAC/CAO) pode ajudar a estabelecer ligações entre os setores económicos, a reduzir a pobreza e a criar um crescimento económico mais inclusivo.

A mobilização de mais receitas internas permitirá aos países aumentar o investimento em áreas fundamentais, como a das infraestruturas e a da educação. Vários países na região têm conseguido aumentar a mobilização de recursos internos. Por exemplo, entre 2000 e 2015, o Quénia e o Ruanda aumentaram, respetivamente, os seus rácios receitas fiscais/PIB em 2 e 6.5 pontos percentuais. Em 2015, o rácio das receitas fiscais em relação ao PIB era de 18.4% no Quénia e de 16.7% no Ruanda. O governo do Ruanda expandiu a sua base fiscal através do registo de empresas do setor informal e da simplificação dos processos de cumprimento. Em 2006, criou um Gabinete de Pequenos e Médios Contribuintes, em 2001 introduziu um imposto sobre o valor acrescentado e, em 2005 e 2006, aprovou legislação nova ao imposto sobre o rendimento e novas taxas de imposto (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

Anexo 5.A1. Perfis de comércio

Figura 5.A1.1. Composição das exportações e importações na África Oriental



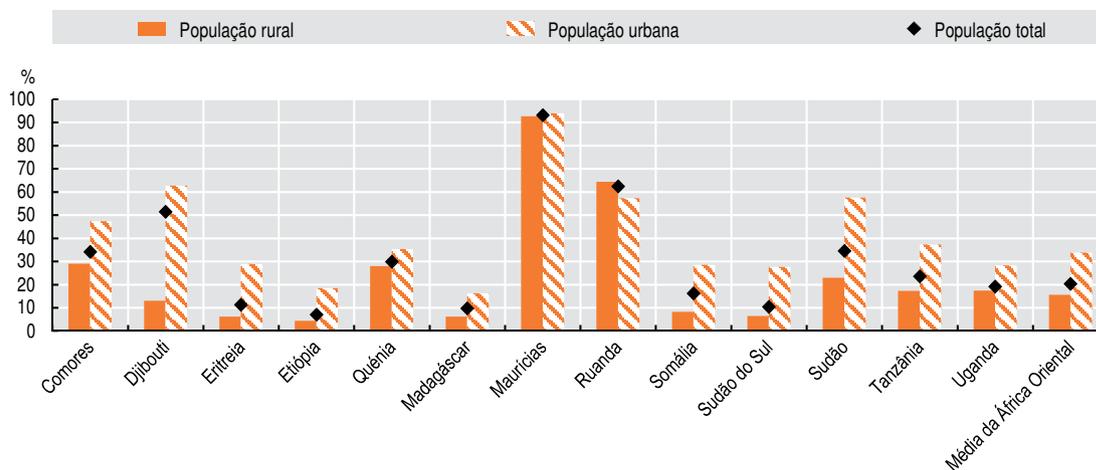
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933783798>

Embora as matérias-primas dominem as exportações da África Oriental, os bens totalmente transformados constituem a maioria das importações (Figura 5.A1.1). Os produtos primários exportados incluem, entre outros, café, flores cortadas, chá, tabaco, peixe e vegetais. Os produtos transformados importados são, maioritariamente, maquinaria pesada, automóveis e produtos químicos. Os dados demonstram o papel crescente das exportações no PIB. Isto é consistente com o facto de as economias da região estarem cada vez mais integradas no plano internacional, com processos de produção e produtos progressivamente mais modernos (Gigineishvili, Mauro e Wang, 2014).

Anexo 5.A2. Perfis da desigualdade

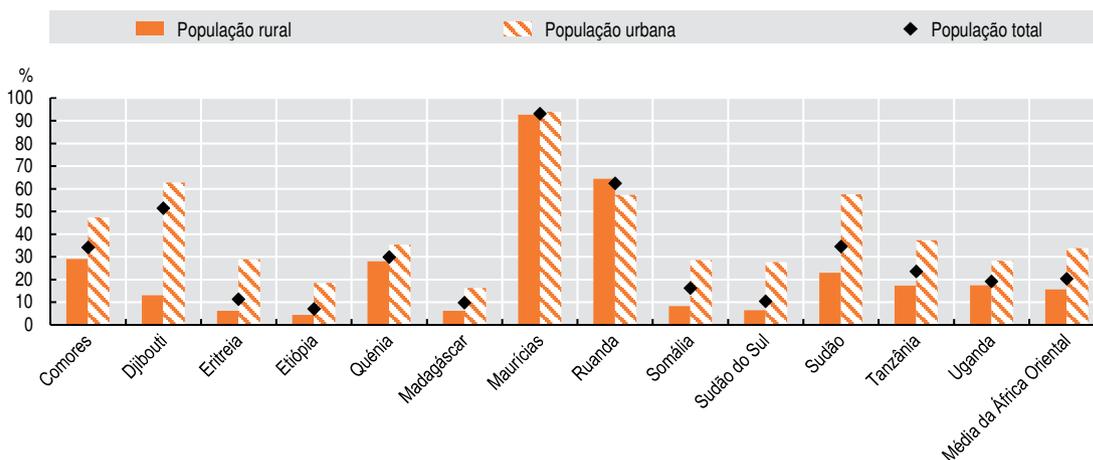
Figura 5.A2.1. Acesso a eletricidade nos países da África Oriental



Nota: Total = acesso a eletricidade (% da população total); Rural = acesso a eletricidade (% da população rural); Urbano = acesso a eletricidade (% da população urbana).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783817>

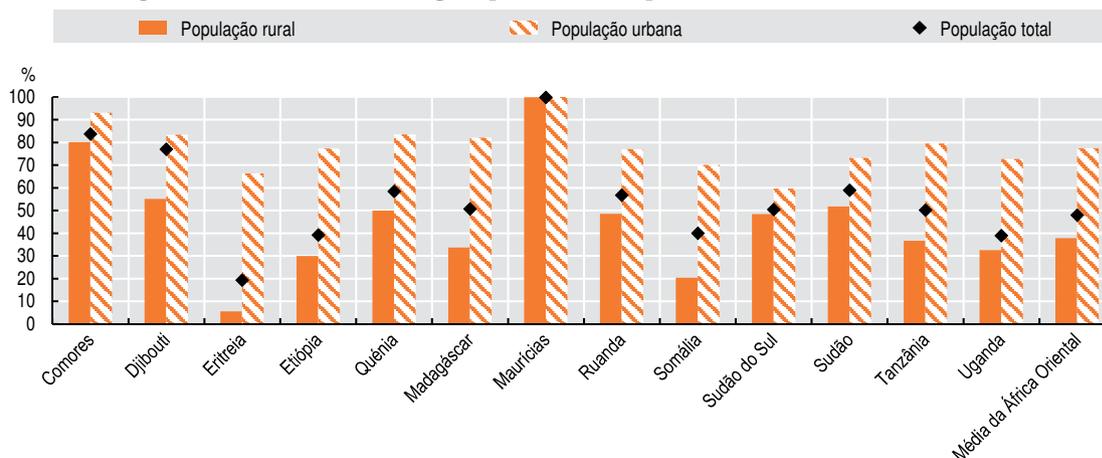
Figura 5.A2.2. Acesso a saneamento básico nos países da África Oriental



Nota: Total = acesso a saneamento básico (% da população total); Rural = acesso a saneamento básico (% da população rural); Urbano = acesso a saneamento básico (% da população urbana).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783836>

Figura 5.A2.3. Acesso a água potável nos países da África Oriental



Nota: Total = acesso a água potável (% da população total); Rural = acesso a água potável (% da população rural); Urbano = acesso a água potável (% da população urbana).

Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933783855>

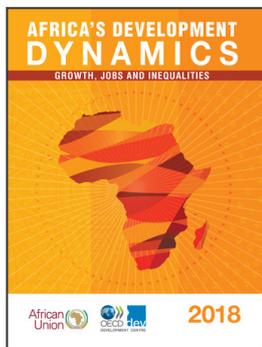
Notas

1. A disponibilidade de dados determina quais os países referidos nas secções específicas.
2. Nesta secção, o período de análise foi ajustado para 1991-2017, devido à disponibilidade de dados.
3. Taxa de desemprego em percentagem da população ativa (estimativa segundo o modelo da Organização Internacional do Trabalho) (Banco Mundial, 2017).
4. Não estão disponíveis dados mais recentes.
5. www.theeastafrican.co.ke/business/EA--region-needs-100b-dollars-for-infrastructure/2560-4003018-nuwd1mz/index.html
6. <https://qz.com/1059305/kenyas-newest-tech-hubs-are-sprouting-outside-its-silicon-savannah-in-nairobi/>

Bibliografia

- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e Industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- Banco Mundial (2014), "Face of poverty in Madagascar: Poverty, gender and inequality assessment", *World Bank Report*, No. 78131-MG, março de 2014, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2015), *State of Social Safety Nets 2015*, Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/415491467994645020/pdf/97882-PUB-REVISED-Box393232B-PUBLIC-DOCDATE-6-29-2015-DOI-10-1596978-1-4648-0543-1-EPI-1464805431.pdf>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <https://data.worldbank.org/products/wdi> (consultada em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2017b), *PovcalNet* (base de dados), Grupo Banco Mundial, Washington, DC, <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet> (consultada em 1 de março de 2018).
- Banco Mundial (2018), *Doing Business 2018: Reforming to Create Jobs*, Grupo Banco Mundial, Washington, DC.
- CNUCED (2017), *Economic Development in Africa Report 2017: Tourism for Transformative and Inclusive Growth*, CNUCED/ALDC/ÁFRICA/2017, Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Publicação das Nações Unidas.
- Conference Board (2017), *Total Economy Database*, <https://www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762> (consultado em 31 de janeiro de 2018).

- Deloitte (2015), “The roadmap to a fully integrated and operational East African Power Pool”, Edição de 2015, Deloitte & Touche.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados), <https://comtrade.un.org/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, Fundo Monetário Internacional, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx>.
- Frazer, G. (2017), “Examining the impact of the common external tariff of the East African Community in Uganda”, IGC Policy Paper.
- Gigineishvili, N, P. Mauro e K. Wang (2014), “How solid is economic growth in the East African Community?”, *IMF Working Paper*, WP/14/150, Fundo Monetário Internacional.
- Gollin, D., D. Lagakos, e M. E. Waugh (2014), “The agricultural productivity gap in poor countries”, *Quarterly Journal of Economics*, 129(2), pp. 939–993.
- McMillan, M. e D. Rodrik (2011), “Globalization, structural change and productivity growth”, in M. Bacchetta and M. Jansen (eds.), *Making Globalization Socially Sustainable*, Organização Internacional do Trabalho e Organização Mundial do Comércio, Genebra.
- McMillan, M. S. e I. Verduzco (2012), “Measuring the Impact of Structural Change on Labor’s Share of Income”, Background Paper para o World Development Report 2013, Banco Mundial.
- Morisset, J. e K. Andrews-Johnson (2004), “The effectiveness of promotion agencies at attracting foreign direct investment”, *FIAS Occasional Paper* 16, Banco Mundial.
- Nguyen, A.D.M. et al. (2015), “On the drivers of inflation in sub-Saharan Africa”, *IMF Working Paper*, WP/15/189, Fundo Monetário Internacional.
- OCDE (2013), “Sumário Executivo”, in *OECD Investment Policy Reviews: Tanzania 2013*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264204348-5-en>.
- OCDE (2014), “Sumário Executivo”, in *OECD Investment Policy Reviews: Mauritius 2014*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264212619-5-en>.
- OCDE (2017), *Social Protection in East Africa: Harnessing the Future*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274228-en>.
- OCDE (s.d.), *OECD Trade Facilitation Indicators: Sub-Saharan Africa*, Paris, www.oecd.org/tad/facilitation/Sub-Saharan-Africa *OECD-Trade-Facilitation-Indicators.pdf*.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, p. 34, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OIT (2015), “Engaging informal women entrepreneurs in East Africa: Approaches to greater formality”, *Issue Brief*, Organização Internacional do Trabalho, www.ilo.org/global/docs/WCMS_430945/lang-en/index.htm.
- OIT (2016), *Women at Work: Trends 2016*, Organização Internacional do Trabalho, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457317.pdf.
- OMC (2014), *World Trade Report 2014 – Trade and Development: Recent Trends and the Role of the WTO*, Organização Mundial do Comércio, Genebra.
- Powers, C. e W.M. Butterfield (2014), “Crowding in private investment”, *Frontiers in Development*, USAID.
- Simpasa, A. e D. Gurara, (2011), *Inflation Dynamics in Selected East African Countries: Ethiopia, Kenya, Tanzania and Uganda*, Banco Africano de Desenvolvimento.
- Tandrayen-Ragoobur, V., S. Ummersingh e Y. Bundhoo (2011), “The power to choose: Women and labour market decisions in Mauritius”, *Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences*, Vol. 2(3), Scholarlink Research Institute Journals, pp. 193-205.
- UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados), Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultado em 1 de março de 2018).
- UNECA (2015), *Economic Report on Africa 2015: Industrializing through Trade*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/era2015_eng_fin.pdf.
- UNECA (2017), *Economic Report on Africa 2017: Urbanization and Industrialization for Africa’s Transformation*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, <https://www.uneca.org/publications/economic-report-africa-2017>.
- UNESCO (2013), “Regional fact sheet: Education in Eastern Africa”, in *Education for All Global Monitoring Report*, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002193/219351e.pdf>.



From:
Africa's Development Dynamics 2018
Growth, Jobs and Inequalities

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

Please cite this chapter as:

African Union Commission/OECD (2018), “Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Oriental”, in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-14-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.